

CENSURA, TEATRO E GOLPE: UM PANORAMA DAS ARTES CÊNICAS NO BRASIL PÓS-2016¹

Albervan Reginaldo Sena², Elaine Pereira Aguiar³, Igor Augustho Mattos Kijak⁴, Tamara Batista Borges⁵

RESUMO

Este trabalho se propõe a uma análise histórica, política e social que envolve casos de censura ao teatro no Brasil, especialmente após o ano de 2016, em que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff marcou o início de um intenso processo de polarização política no país, que culminou nas eleições de 2018 e na ascensão do governo Bolsonaro, marcado pelo conservadorismo e pela institucionalização de mecanismos de cerceamento da liberdade de expressão artística e do pensamento, além da perseguição moral e política aos artistas do país.

Palavras-chave: Cultura. Censura. Política. Conservadorismo. Liberdade de Expressão. Teatro.

ABSTRACT

This paper proposes a historical, political and social analysis involving cases of censorship of theater in Brazil especially after the year 2016, when the impeachment of President Dilma Rousseff marked the beginning of an intense process of political polarization in the country, which also culminated in the 2018 elections, with the rise of the Bolsonaro government, marked by conservatism and the institutionalization of mechanisms to restrict freedom of artistic expression, speech and thought, in addition to the moral and political persecution of artists in the country.

-
- 1 Ao longo deste trabalho, adota-se o termo golpe para referenciar a destituição, com frágeis bases legais, da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016.
 - 2 Advogado, especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP. Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito de São Caetano do Sul. E-mail: albersena.adv@gmail.com.
 - 3 Gestora cultural, especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP. Assessora de Desenvolvimento Social na Sustenidos Organização Social de Cultura. E-mail: nany.aguiar@hotmail.com.
 - 4 Ator e produtor. Especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP. Coordenador de Produções e Sócio Diretor da Pomeiro Gestão Cultural. E-mail: igoraugustho@gmail.com.
 - 5 Atriz, professora e produtora. Especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP. Integrante do Grupo de Risco. E-mail: tamarabborges@gmail.com.

Keywords: Culture. Censorship. Politics. Conservatism. Freedom of Speech. Theater.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Os altos índices de “cancelamento”⁶ de espetáculos teatrais após o golpe de 2016 acenderam um alerta no campo da produção cultural brasileira. Orientada e regida por valores conservadores e cristãos, uma parcela da população brasileira com inclinações fascistas empenhou-se, desde a ocasião, em propagar *fake news* sobre a cultura e artistas nacionais e encontrou respaldo no presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro.

O presente artigo se dedica a analisar os casos específicos de sete espetáculos teatrais censurados após o golpe, muito em função da onda conservadora ascendente. Para isso, realizaram-se contatos e entrevistas com os gestores dos grupos e coletivos que foram vítimas da “nova” censura brasileira. A partir daí, traçaram-se paralelos entre os casos sob três enfoques principais: suas temáticas, seus contextos de cancelamento e suas repercussões.

A pesquisa foi concluída em 2020 e, ainda, em 2021, ocasião em que se finaliza este artigo-resumo, diversos são os casos que evidenciam a continuidade da prática censória no Brasil. Dentro deste contexto, é importante ressaltar as semelhanças existentes entre os dias atuais e outros períodos da história nacional em que as práticas artísticas foram nitidamente perseguidas pelo poder público e seus braços de atuação, como veremos a seguir.

CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o Brasil Colônia, a prática da censura se fez presente em nosso meio, naquele período regida pela Igreja e executada pelas forças de segurança da época. A vinda da família real ao Brasil, por exemplo, suscitou a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, responsável pela fiscalização de teatros e diversões públicas, iniciando aí a

6 Ao longo deste artigo, faremos referência a “cancelamento” (ênfatisado entre as aspas, exceto quando em referência a alguma das entrevistas produzidas para a pesquisa), uma terminologia utilizada comumente nos casos citados, ao invés de “censura”, em especial quando relacionados a instituições públicas. Os “cancelamentos” são mencionados pelos próprios criadores, não isoladamente, mas como uma “leva de cancelamentos”, acontecidos em sequência, o que só ressaltou todas as suspeitas de censura e perseguição direta a determinadas temáticas e aspectos da produção artística brasileira.

relação entre censura e polícia. Nessa ocasião, as restrições concentravam-se nas ameaças à fé cristã, aos bons costumes e à ordem política vigente.

Como nos conta Gessé Almeida Araújo (2018), em seu artigo para a revista *Urdimento*, após a Independência do Brasil houve a promulgação da Constituição de 1824, que garantia a “liberdade de expressão”, mesmo que submetida à avaliação da polícia imperial. Embora a autoridade sobre o ato censor tenha sido retirada das mãos da Igreja Católica, ela continuou a paular os conteúdos a serem cerceados, especialmente as expressões que violessem a moral vigente à época, bastante associada ao pensamento cristão.

Já no século XIX, ocorre a criação do Conservatório Dramático Brasileiro (CDB), que tinha como objetivos fomentar o desenvolvimento da linguagem teatral, zelar pelos bons costumes, pela moral e pela conservação formal da língua portuguesa. Vemos aí a criação do primeiro órgão especializado, realizando a censura prévia e contando com intelectuais como Machado de Assis, José de Alencar e Martins Pena atuando como censores. Tal órgão institucionalizou pela primeira vez no Brasil a censura ao teatro. Em que pese a existência do CDB, a fiscalização das obras e teatros seguia nas mãos da polícia, abrindo espaço para contradições entre pareceres e atuações censoras. Em 1897, o CDB foi extinto sob a justificativa de que não havia conseguido exercer uma influência notória na produção dramaturgica nacional. O poder censório, assim, voltava à polícia (ARAÚJO, 2018).

Com a ascensão de Getúlio Vargas e a instauração do Estado Novo, cria-se em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este é um dado importante: pela primeira vez na história do país, instituições de propaganda pública tornam-se responsáveis por controlar e censurar manifestações públicas, culturais e esportivas. Essa dinâmica voltará a evidenciar-se posteriormente, já após o golpe de 2016.

A alta demanda do departamento fez com que o DIP tivesse cinco divisões, sendo que três delas exerciam censura prévia conforme o setor fiscalizado. Durante o declínio do Estado Novo e sob forte pressão popular, o DIP foi extinto, e a fiscalização das expressões e manifestações passou a ser de responsabilidade do já existente Departamento Nacional de Informações – DNI (GARCIA, 2009, pp. 9-10).

Ainda em 1945, é criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), por José Linhares, sucessor de Vargas. O órgão, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), separou a censura da imprensa da censura de diversões públicas e foi coordenado, mais uma vez, pelo chefe de polícia, atuando de forma autônoma nos estados até 1967 (*ibidem*, p. 11). Devido a essa autonomia regional, as peças proibidas

em um estado poderiam ganhar espaço em outros. O modelo descentralizado do SCDP passou a ser um problema após o Golpe de 1964, pois poderia abrir brechas para que espetáculos considerados subversivos pelos militares fossem liberados.

Entre os anos de 1962 e 1967, a censura de diversões públicas passa por um processo de centralização, que buscava sistematizar e uniformizar o trabalho dos censores, tentando, assim, diminuir as divergências internas. Com a Constituição de 1967, o Governo Federal passou a exercer o controle nacional das diversões públicas, centralizando a censura e iniciando o período histórico no qual a prática censória teve maior destaque.

Durante a ditadura militar, é importante ressaltar o apoio de parte da sociedade civil à prática censória. Em 1968, mesmo ano da instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que marca a politização da censura de diversões públicas, o grupo de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC), invadiu o Teatro Ruth Escobar em São Paulo. O alvo era a peça *Roda viva*, escrita por Chico Buarque e dirigida por José Celso Martinez Corrêa. A invasão foi realizada por 110 homens armados, que depredaram equipamentos do teatro e deixaram 19 pessoas feridas (FSP, 2018). Podemos ver, nesse episódio, adesão civil a ideologias militares, assim como seu engajamento na perseguição e nos ataques à classe artística, algo que também se fez comum após o Golpe de 2016, como veremos mais à frente.

A partir de 1975, inicia-se um novo processo de descentralização, porém os órgãos estaduais ainda respondiam ao órgão central federal. A década de 1980 foi marcada pela diluição da prática censória durante os últimos anos do regime militar. Com a ascensão de movimentos sociais e de campanhas como a Diretas Já, criou-se então o Departamento de Classificação de Espetáculo Público (DECLEP), substituindo a censura pela classificação etária dos espetáculos cênicos. Os censores perdem o poder de veto e se tornam analistas das obras (GARCIA, 2009, p. 63). A Constituição Federal de 1988 promulga, então, a ilegalidade da censura, garantindo à população brasileira a liberdade de expressão, criação e pensamento (BRASIL, 1988).

Como se vê, a prática censória por parte do Estado brasileiro é, historicamente, maior do que a prática democrática. Durante a maior parte da história nacional, não foi a liberdade de expressão a máxima, ao contrário disto, a produção criativa nacional esteve quase sempre sob contexto censor, estando este, na maior parte das vezes, regido por dinâmicas morais, religiosas e culturais.

CONTEXTO POLÍTICO

O golpe de 2016 — que culminou na queda da presidenta Dilma Rousseff (PT) — marcou a retomada da censura pública à produção artística nacional. Paralelamente a ele — e a seu favor — foram cada vez mais comuns as manifestações populares e políticas em favor de supostos bons costumes, valores tradicionalistas e conservadorismo. Essas pautas, em ascensão após 2016 e bastante similares às manifestações pró-golpe de 1964, encontraram força política no então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro (então PSL, atualmente sem partido), enquanto Michel Temer (então PMDB, hoje MDB) ocupava o cargo de presidente interino, com poucas realizações significativas, ofuscadas pelo processo eleitoral já anunciado.

Eleito em 2018 e empossado em 2019, Bolsonaro deu sequência ao seu discurso eleitoral, atendendo às demandas do conservadorismo político-social que o elegeu. O presidente colocou em prática uma série de ataques à classe artística e às políticas públicas de incentivo à cultura (OLIVEIRA, 2016, p. 26). Dentre estas, extinguiu o Ministério da Cultura, reformulou a chamada Lei Rouanet (LOPES, 2018; CHAVES, 2019) e tornou instável a atuação da pasta. Além disso, investiu na revisão e cancelamento de patrocínios e estímulos concedidos às produções artísticas por entidades estatais.

A partir de 2016, com expressivo aumento após a eleição de Bolsonaro, passam a ser recorrentes as manchetes estampadas pela imprensa brasileira reportando o possível retorno do movimento censório por parte do Estado. Elas noticiavam, de modos distintos, diversos casos de “cancelamento” de espetáculos teatrais em todo o território nacional, principalmente por empresas estatais federais patrocinadoras ou apoiadoras das produções. São marcantes, nos cerceamentos noticiados, as similaridades estéticas, temáticas e dramáticas entre as criações que coincidem com temas sensíveis aos discursos sociais defendidos pela autointitulada “maioria conservadora e defensora dos costumes tradicionais” e, consequentemente, pelo então recém-empossado presidente da República.

Não se pode deixar de lado, também, o cenário pré-golpe, evidenciado por inúmeras manifestações populares desde o ano de 2013 (OLIVEIRA, 2016, p. 26). Esse ambiente de contestação foi, então, aproveitado por uma parcela da população no intuito de instalar/apoiar um golpe político em 2016, tornando possível que o contexto sociopolítico passasse a responder a aspirações e desejos conservadores (em costumes) e liberais (na economia).

Notam-se, também, similaridades evidentes entre os dois golpes — 2016 e 1964. Em ambos, a base fundamental do movimento são pensamentos e valores religiosos, certa aversão ao comunismo e o não reconhecimento

a si próprios como golpistas, confirmando ainda a tendência negacionista científica e histórica.

Há uma busca por revestir de legalidade as ações censórias, visto que a prática não encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 e é veementemente rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal, que privilegia a liberdade de expressão e de pensamento como elemento basilar do Estado brasileiro e como elemento fundamental para a existência da própria sociedade democrática, vedando qualquer meio de censura.

Como forma de driblar as proteções constitucionais e a fim de reinstaurar a censura como prática, as instituições públicas passam a estabelecer novos métodos, “fantasiados” de legalidade. Para isso reinventam os chamados critérios de curadoria, atacando as obras nas fontes de financiamento e estímulo às produções. Tradicionalmente, no país, grandes empresas — muitas delas estatais federais — configuram-se importantes fontes de financiamento de projetos culturais.

Essa relação de poder possibilitou ao governo recém-eleito, com notório viés conservador, maior controle sobre as programações incentivadas por estatais. A partir daí, não são raros os casos em que o teatro sofre ataques e cancelamentos por parte do poder público (MORI, 2020, p. 92).

A partir de agora, apresenta-se um breve panorama acerca de sete espetáculos censurados no Brasil após o golpe de 2016. A análise se deu com enfoque sobre “coincidências” existentes entre os valores fascistas pautados pela direita brasileira e as temáticas debatidas pelas peças em questão. A partir dessas semelhanças, se tentará traçar aspectos gerais da nova censura ao teatro no país.

O EVANGELHO SEGUNDO JESUS, RAINHA DO CÉU (NÚCLEO CORPO RASTREADO)

De autoria da inglesa Jo Clifford, *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu* transpõe para a cena algumas parábolas bíblicas, interpretadas na montagem brasileira pela atriz transsexual Renata Carvalho, com direção de Natalia Mallo e produção do Núcleo Corpo Rastreado. Provocando reflexões sobre “o amor ao próximo” na contemporaneidade, o espetáculo ressignifica a figura de Jesus Cristo para o corpo travesti.

Rodeado de polêmicas desde a sua estreia, *O Evangelho* sofreu diversas tentativas de censura, algumas delas consumadas, sendo a maior parte movida por instituições religiosas e por políticos a elas ligados. Antes mesmo da eleição de Bolsonaro, na estreia nacional da peça, prevista para ocorrer na capela de uma universidade dentro da programação do Festival

Internacional de Londrina (FILO), moções públicas solicitaram e conquistaram a transferência do espetáculo para outro espaço. No Festival de Inverno de Garanhuns, não só a obra foi boicotada e cancelada (G1, 2018; V&C, 2018), mas também foi ameaçada a integridade física da equipe (KER, 2018), como nos conta Natalia Mallo, diretora do projeto:

... a gente teve uma saga de tentativas de censura, apresentação independente também censurada, um festival inteiro sendo ameaçado de perder financiamento público se programasse a peça e uma situação que evoluiu pra violência dentro do espaço. Jogaram uma bomba, tinha polícia militar, revista do público, foi uma situação-limite de muita violência⁷.

Embora as tentativas de censura citadas não tenham sido consumadas, elas ilustram gradativos intentos da direita brasileira contra a produção cultural nacional. Nesse tempo, vale mencionar, *fake news* já propagavam o ódio a artistas e mecanismos públicos de incentivo. Dentre outras situações similares, cabe destacar o cancelamento judicial imposto ao espetáculo no Sesc Jundiaí, em setembro de 2017, comunicado à instituição e à produção uma hora antes da sessão (FSP, 2017).

Assim, tendo estreado após o golpe de 2016 e antes da eleição do novo presidente, *O Evangelho* torna-se o primeiro alvo teatral do conservadorismo em ascensão.

ABRAZO (CLOWNS DE SHAKESPEARE)

Já em 2019, a comunidade artística brasileira via crescer o desmonte das políticas públicas federais para a cultura. Citam-se exemplos como a extinção do Ministério da Cultura, a falha reestruturação da Lei Rouanet e a precarização dos braços culturais das estatais federais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e seus centros culturais. Estes dois bancos estatais, com ampla trajetória no incentivo e programação de trabalhos artísticos, funcionaram como braços de censura institucionalizada e cancelamento de espetáculos.

O grupo potiguar Clowns de Shakespeare, por exemplo, foi contratado através de edital público para a realização de breve temporada de seu espetáculo *Abraço*, na Caixa Cultural Recife, baseado no *Livro dos Abraços*,

⁷ Entrevista concedida aos autores em abril de 2020. O mesmo vale para as próximas citações de diretoras e diretores das peças aqui abordadas.

de Eduardo Galeano. A obra retrata a infância de um garoto que vive em um país regido por um governo autoritário, que tornou proibidos os abraços.

Tendo realizado sua primeira apresentação e preparando-se para a segunda sessão que ocorreria no mesmo dia, o grupo foi surpreendido pelo cancelamento da segunda apresentação (DUARTE, 2019a). Como conta Fernando Yamamoto, diretor do grupo:

Enfim, a gente ficou bem perplexo e tal, e aí esperamos a chegada desse cidadão, que era um gerente jurídico da Caixa, não mais da Caixa Cultural no caso, da Caixa geral lá de Recife. Segundo ele, havia uma suspeita de que a gente teria infringido uma cláusula do contrato, porque ele recebeu duas gravações do bate-papo — do bate-papo, isso, não foi do espetáculo — ele recebeu duas gravações do bate-papo. E que, por isso, preventivamente, ele estava cancelando as apresentações — as apresentações do fim de semana todo, no caso.

O gerente jurídico presente, representante da Caixa e responsável pela notificação do cancelamento, “... já ampliou esse cancelamento para todo o primeiro fim de semana e [disse] que isso iria para Brasília ser analisado pela Secom”, segundo Yamamoto. A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), existente desde 1979, é hoje o órgão federal responsável pelos contratos de patrocínio das estatais.

Posteriormente, o grupo foi notificado pela instituição do cancelamento de toda a temporada contratada. Como argumento, a Caixa Cultural justificou-se alegando infração contratual por parte do grupo, em relação à cláusula que obrigava a contratada a zelar pela boa imagem dos patrocinadores, tendo como base não o espetáculo em si, mas registros em vídeo do bate-papo realizado entre artistas e público após a apresentação.

Em sequência cronológica, *Abrazo* foi o primeiro trabalho censurado por empresa estatal, dentre os listados a partir de agora. Após o seu cancelamento, o Ministério Público Federal recomendou à Caixa a retomada da temporada (FSP, 2019c). A solicitação não foi atendida pela instituição.

RES PÚBLICA 2023 (A MOTOSSERRA PERFUMADA)

Tendo guinado à direita durante o processo eleitoral de 2018, Roberto Alvim, ex-diretor de teatro paulista, recebeu durante o mandato de

Bolsonaro o cargo de diretor de Artes Cênicas do Complexo Cultural da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Ao ser empossado, Alvim passou a revisar as sinopses dos espetáculos que possuíam pauta agendada em alguns dos teatros da Funarte.

Durante seu mandato à frente da instituição, foi responsável por mais um cancelamento, revogando a cessão de espaço para o espetáculo *Res Publica 2023*, do grupo paulistano A Motosserra Perfumada. Sobre o espetáculo, nos diz a sinopse:

A trama da peça se passa no Réveillon de 2023. O movimento Anaconda Brazil leva às ruas grandes massas patrióticas. O Brasil vive um período de grande prosperidade econômica, mas não para Tom, Billy, Suzanne, Vincent, John e Vallentina, que vivem amontoados numa pequena república no centro de São Paulo. No limite entre ficção e realidade, contam histórias e se revezam na tarefa de trazer da rua objetos com os quais vão construindo uma trincheira, atrás da qual estarão sempre entre combater ou esperar misticamente por dias melhores. (POMBO CORREIO, 2019.)

A coordenadora da Funarte em São Paulo, Maria Ester Moreira, após opor-se à decisão de cancelar o espetáculo, teve sua exoneração decretada no *Diário Oficial*. O próprio Alvim seria promovido alguns meses depois ao cargo de Secretário Especial da Cultura, onde permaneceria por pouco tempo, sendo demitido após divulgar oficialmente um plano de ação cultural em um vídeo em que parafraseava o ministro nazista Joseph Goebbels (NIKLAS; GUIMARÃES, 2020).

CARANGUEJO OVERDRIVE (AQUELA CIA DE TEATRO)

Na ocasião do “cancelamento” de *Caranguejo overdrive*, em 2019, espetáculo da Aquela Cia. de Teatro, mais uma vez uma estatal federal surge como agente censor. O grupo realizaria apresentações do espetáculo citado e, também, de outra montagem, *Guanabara canibal*, ambas integrando a Mostra 30 Anos de Companhias, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB-RJ) (GOBBI, 2019). Como justificativa, em nota publicada pelo jornal *O Globo*, o CCBB pronunciou-se nestes termos: “Na encenação, segundo o relato, teriam sido acrescentados em seu roteiro posicionamentos político-partidários, com citação a nomes de personalidades políticas do atual governo e da oposição” (ARAGÃO; GOBBI, 2019).

Para Marco André Nunes, diretor do grupo e dos espetáculos, a afirmação refere-se a um trecho da montagem no qual se traça um breve panorama da história brasileira.

... uma atriz, que faz a personagem Puta Paraguaia (Carolina Virguez), ela vai falando a história do Brasil. E chega nos dias atuais. Nós fazemos a peça desde o governo Dilma. No final — a gente já está falando lá de trás, da ditadura — chegamos no Sarney, vai pra Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula, Dilma, vai pro golpe, vai pra Temer e chega no governo atual. Em cada momento ia parando em determinado ponto, né? Desde Dilma até agora ia parando em determinado ponto. Parava na Dilma, depois parava no golpe, depois parava no Temer, depois parava na eleição, enfim, e vai até agora.

Apesar do cancelamento de *Caranguejo overdrive*, o CCBB sugeriu que o espetáculo *Guanabara canibal* fosse mantido na programação, proposta recusada pelo próprio grupo dada a ausência de sentido lógico no cancelamento de *Caranguejo*.

LEMBRO TODO DIA DE VOCÊ (NÚCLEO EXPERIMENTAL)

Ainda em 2019, os espaços da Caixa Cultural tornaram a protagonizar a censura ao teatro. O grupo Núcleo Experimental, contemplado pelo edital do espaço para apresentações do espetáculo *Lembro todo dia de você*, foi informado que a temporada previamente agendada seria cancelada.

Lembro todo dia de você aborda as vivências de um jovem homossexual que lida com o HIV e as diversas consequências de sua sorologia nas relações que estabelece socialmente. A montagem inclusive havia realizado temporada anterior no Centro Cultural Banco do Brasil.

A justificativa oficial de cancelamento fornecida pela instituição dava conta de que o teatro Nelson Rodrigues, onde a peça seria encenada, encontrava-se em obras e impossibilitado de receber produções (FSP, 2019a).

Já figurando entre os diversos casos de cancelamento amplamente noticiados pela mídia, *Lembro todo dia...* intensificava as suspeitas de censura por parte do governo federal. Alguns dias após a divulgação da notícia, contudo, a Caixa tornou a contatar o grupo, convidando-o para realizar a temporada cancelada no Teatro de Arena, também de gestão do banco estatal. A temporada foi realizada.

Para Zé Henrique de Paula, diretor artístico da obra, a linha tênue entre uma razão pragmática (as obras no auditório) e a censura coloca-se de modo muito evidente:

Então a história do *Lembro todo dia de você* é a história de uma peça que foi cancelada, talvez censurada, nunca soubemos, acho que jamais saberemos, mas que depois foi recontratada, então no final de 2019 a gente fez no Teatro da Caixa as oito sessões contempladas no edital patrocínio da Caixa Cultural.

Neste sentido, fica explícita a influência da repercussão midiática na retomada do espetáculo, como exposto pelo próprio diretor: “eu comecei a dar algumas entrevistas para a *Folha de S.Paulo*, para o jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, porque alguns veículos começaram a me procurar para falar sobre o cancelamento”. A Caixa Cultural, então, retoma a contratação da peça, realizando sua temporada (CAIXA, 2019).

Gritos (Dos à Deux)

Gritos é um espetáculo com dramaturgia física construída a partir de três histórias ficcionais (ou quadros, como são chamados pelo grupo, a Cia. Dos à Deux) que retratam três personagens invisibilizadas. Seu primeiro quadro retrata a convivência de Louise, mulher transsexual em processo de transição, junto a sua mãe (LANNES, 2017).

O espetáculo, contemplado pelo mesmo edital da Caixa Cultural junto a outra montagem do grupo, *Aux pieds de la lettre*, realizaria temporada no espaço gerido pelo banco em Brasília. Sob alerta desde os cancelamentos anteriormente promovidos, a produção do grupo passou, durante o processo de contratação da peça a receber solicitações da instituição, que buscava materiais extras sobre o espetáculo, além dos disponibilizados no ato da inscrição do projeto.

A partir dos materiais fornecidos, a Caixa Cultural oficializou o cancelamento de *Gritos*, mantendo apenas a segunda montagem. Como nos diz Artur Luanda Ribeiro, um dos criadores do espetáculo e idealizador do grupo:

Eu acho que somos adultos e sabemos muito bem que o que foi censurado não foi *Gritos* na totalidade, e sim a “Louise”, que é o primeiro

quadro de Gritos, que é um grito transfóbico. Então a gente sabia muito bem que a gente estava ali, tocando em uma coisa muito sensível e que por conta desse governo, totalmente moralista, isso foi uma das causas.

Mediante solicitação da instituição, o grupo realizou as apresentações de *Aux pieds de la lettre* e ministrou oficina aberta, sem cumprir o projeto inicialmente proposto, que contemplava, também, as apresentações de *Gritos*.

A MULHER MONSTRO (S.E.M. CIA. DE TEATRO)

A mulher monstro, da S.E.M. Cia. de Teatro, sediada em Natal e Recife, é um espetáculo que — valendo-se da estética transformista/dragqueen — coloca em cena uma mulher branca e elitista, que discursa seus valores conservadores e fascistas. O espetáculo estrearia no Festival de Teatro de Curitiba, em 2019, com apresentações agendadas para o Memorial de Curitiba, espaço gerido pela Fundação Cultural e Prefeitura Municipal.

Após a divulgação do espetáculo, que abertamente revelava a crítica político-social promovida pela dramaturgia, a Prefeitura de Curitiba revogou a cessão do espaço para o evento, obrigando a montagem a transferir-se para outro lugar (GALINDO, 2019).

A Mulher monstro, contudo, é — junto a *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu* — símbolo do ataque às artes praticado por parte da própria sociedade civil, neste e em outros casos, como conta José Neto Barbosa, diretor e ator da montagem:

Eram muitas ameaças de morte. Curitiba é uma cidade onde paira muito amor, mas também muito ódio. (...) Nas datas de minha apresentação também fazia um ano da prisão de Lula. Então, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, vendo o perigo eminente e tantas ameaças, colocou seguranças particulares para cuidar de mim na cidade. Andava escoltado, parece surreal um artista de teatro ter que ser escoltado. Apresentei com seguranças na frente do palco.

As manifestações populares contra o trabalho, contudo, não se limitaram a Curitiba, cidade que se tornou símbolo do conservadorismo nacional, recebendo até mesmo o título de República de Curitiba. Ainda segundo Barbosa:

Eu comecei a apresentação normalmente em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife. Aí, percebi que um grupo ficou me incitando desde o início (...) A medida que o espetáculo foi avançando, percebi que os xingamentos aumentavam e passaram para agressões verbais, sempre que eu fazia duras críticas ao presidente brasileiro. Uma pessoa, a mais alterada, fazia questionamentos como: é um absurdo, isso é teatro ou é política? (...) Em seguida, quando o palco estava com a luz baixa, recebi uma pedrada. A pedra foi atirada em direção a mim, para minha cabeça, mas atingiu a estrutura metálica do cenário...

Barbosa sinaliza ainda a continuidade das ofensivas ao seu trabalho, mencionando a dificuldade relacionada ao financiamento de espetáculos após a eleição de Bolsonaro (DP, 2019). No Rio Grande do Norte, por exemplo, o argumento para a não concessão de patrocínio ao projeto por parte de uma empresa construiu-se sobre a imagem de divulgação do espetáculo, que poderia ofender clientes da empresa: a personagem principal da peça, com o rosto pintado de verde e amarelo, uma alegoria às manifestações pró-golpe de 2016.

DAS ANÁLISES DRAMATÚRGICAS E TEMÁTICAS

A partir desse breve panorama acerca dos casos de cancelamento e censura, é possível estabelecer conexões bastante nítidas em relação às dramaturgias, encenações e temáticas/discursos levados ao palco pelos espetáculos. Este exercício também traça um cenário bastante ligado às pautas conservadoras, conforme abaixo ilustrado:

- **Abordagens sobre identidades de gênero e orientações sexuais** em *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu, Res Pública 2023, Gritos e Lembro todo dia de você*;
- **Crítica a autoritarismos e militarismos** em *Abraço e Res Pública 2023*;
- **Reflexões sobre conjuntura política atual** em *A Mulher monstro e Caranguejo overdrive*;
- **Soropositividade** em *Lembro todo dia de você*;
- **Reflexões sobre religiosidade** em *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*;
- **Imigração ilegal e refugiados** em *Gritos*;
- **Violência doméstica** em *Lembro todo dia de você*.

Como se vê, trata-se de pautas críticas e extremamente debatidas desde o golpe de 2016. A censura aos espetáculos que as abordam, então, cumpre a função de satisfazer valores pregados pela direita conservadora, autointitulada “maioria brasileira”. Dentre esses valores, naturalmente antidemocráticos, estão: a aversão à diversidade, o apreço por regimes autoritários como a ditadura brasileira, o rechaço à comunidade LGBTQIA+, a extrema valorização do cristianismo e suas normas, entre outros.

Assim, não é difícil compreender o vínculo entre a eleição de Bolsonaro e a ascensão das ofensivas à produção cultural nacional, em especial a teatral com viés crítico e político. Mais do que isso, é importante notar os intentos não apenas contra as obras, mas também contra os próprios artistas. Se é verdade que *Abrazo* foi cancelada por conta de posições expostas durante o bate-papo entre público e atores após a apresentação, não se pode ignorar o fato de que o cerceamento da liberdade de expressão estende-se para além da obra, atingindo também os próprios artistas, seres individuais e particulares, no livre exercício de sua função.

Entre *Abrazo* e *Gritos* há também uma segunda semelhança: os dois espetáculos lançam mão da fisicalidade e corporalidade, sem fazer uso da palavra, uma noção que evidencia o estudo aprofundado das instituições responsáveis pela censura em relação às obras.

Traçando-se um paralelo entre *Res Publica 2023*, *A mulher monstro* e *Gritos*, há que se notar que o processo censório parte não apenas da obra finalizada e encenada, mas de todo o material disponibilizado pelas produções às instituições: suas sinopses, fotografias, materiais de comunicação e textos de defesa do projeto.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CENSURA APÓS O GOLPE

A partir dos contextos expostos, surge, então, um “modelo” de censura particular ao Brasil pós-golpe. Ele tem seu início, entretanto, muito antes: as Leis de Incentivo à Cultura, importantes mecanismos de produção, deram ao poder público certa função curatorial. Delega aos editais e às comissões públicas e estatais — no caso de patrocínios — o poder de escolha sobre o que poderá, ou não, ser dito, encenado e produzido.

A relação da Caixa Cultural e dos Centros Culturais Banco do Brasil nos casos citados torna evidente esse mecanismo de censura. Tendo seus contratos de patrocínio condicionados à análise da Secom, as instituições têm em suas mãos o controle da programação cultural nacional. Em números, quatro das sete produções citadas acima possuíam aporte

financeiro de estatais federais. Outras duas contavam com cessão de espaços geridos por órgãos públicos (Funarte e Prefeitura de Curitiba).

Caracteriza-se, assim, a chamada censura velada, em que a burocracia institucional/contratual garante respaldo aos cancelamentos, seja em vagas cláusulas de zelo pelo nome das instituições patrocinadoras (em *Abraço*) ou em limites para alteração das obras programadas (em *Caranguejo overdrive*), conceitos que não dão conta da criação e do desenvolvimento artísticos.

As razões burocráticas que justificaram os “cancelamentos”, portanto, são refutadas pelas fortes semelhanças temáticas existentes entre os trabalhos, que vão contra a onda conservadora regida pelos políticos no poder atualmente e de sua base eleitoral.

A institucionalização da arte como um mecanismo de censura — após a avalanche de casos noticiados entre 2018 e 2020 — foi sinalizada até mesmo pela imprensa. Uma matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, em outubro de 2019, revelou — através de depoimentos dos próprios funcionários da Caixa Cultural — o desenvolvimento de um sistema interno de censura de obras pela instituição, como se lê:

Novas regras implementadas neste ano exigem que detalhes do posicionamento político dos artistas, o comportamento deles nas redes sociais e outros pontos polêmicos sobre as obras constem de relatórios internos avaliados pela estatal antes que seja dado o aval para que peças de teatro (...) entrem em cartaz. Em conversas com os coordenadores das unidades da Caixa nos diversos estados, alguns funcionários entenderam que temas que desagradam Bolsonaro, como questões de gênero, sexualidade e sobre o período do regime militar, deveriam ser informados. (...) deve ser levantado o que está descrito da seguinte forma: “possíveis riscos de atuação contra as regras dos espaços culturais, manifestações contra a Caixa e contra governo e quaisquer outros pontos que podem impactar” (...) Os relatórios são analisados pela superintendência da empresa em Brasília e pela Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo Federal, ainda segundo os funcionários. (FSP, 2019b.)

A partir das peças analisadas, é importante notar a preponderância dos dois conteúdos temáticos que perpassam as obras e que são sensíveis à sanha censora atual: moral e política. É recorrente nos relatos dos produtores e realizadores dos espetáculos a conclusão de que, no contexto em que os cancelamentos se deram, tais temas eram centrais na dramaturgia dos espetáculos. As sete obras possuem conteúdo provocador, próprio

das artes dramáticas, porém foram alvo de censura mais por possuírem dramaturgias que provocam e fazem refletir do que por trazerem conteúdo explicitamente moral ou político.

Cumprir dizer, também, que o olhar sobre os temas nem sempre é claro, na maior parte das situações analisadas as noções de censura moral e política se apresentam de forma indistinta. Para ilustrar a dificuldade de entender e separar o conteúdo motivador do ato censor, a fala da diretora do espetáculo *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*:

Eu considero difícil a gente separar a [censura] moral da política. Acho que elas caminham juntas. E que o campo da política está em tudo, em todas essas operações de censura. Assim como o campo da moral, porque ou ela se apoia numa suposta moral para justificar-se, ou ela é moral — o que é um ato político. Mas, se a gente pensar que a [censura] moral, a gente poderia dizer que vem da sociedade civil, que vem através de julgamento, movimentos de boicote, e a [censura] política é operada por estruturas de poder, mais institucionais, com poder jurídico, eu digo que sim, foram as duas formas de censura (...) Fomos censuradas mesmo antes do governo atual, que institucionalizou a censura, mas a gente vinha passando por isso antes. A peça estreou quando o Temer já estava na presidência, já havia o impeachment da Dilma. Toda essa estrutura conservadora já havia sido fortalecida, e mirando as eleições que elegeram Bolsonaro, essa censura sobre as obras de arte foi muito usada como moeda de troca.

Note-se que a declaração é reveladora ao discorrer sobre o contexto histórico recente e a influência do conservadorismo sobre a vida social e a política brasileira, evidenciando o modo como, cada vez mais, a moral e a política caminham lado a lado. Pode-se dizer, sob esta perspectiva, que não há distinção prática entre censura política e a censura moral, sendo que os cerceamentos que fundamentam os dois conteúdos não podem ser dissociados. Sobre essa questão, os representantes dos espetáculos analisados são praticamente unânimes e reforçam o entendimento reproduzido anteriormente.

Uma exceção está em *Caranguejo overdrive*, para Marco André Nunes, representante do espetáculo, a censura decorreu principalmente por seu conteúdo político:

O que eu entendo que aconteceu foi uma [censura] política. Não teve nada a ver com moral. O espetáculo tem até uma cena de nudez, mas é

totalmente dessexualizada, não tem nenhuma sexualidade, nada disso. Acho que a peça foi cancelada e censurada no Banco do Brasil por uma questão política.

Já Zé Henrique de Paula, diretor do espetáculo *Lembro todo dia de você*, relaciona as razões para o cancelamento sofrido ao conteúdo moral da apresentação:

Se isso foi determinado em alguma instância dentro da Caixa, por algum tipo de censura, eu tenho certeza que isso foi de caráter moral, acima de qualquer coisa, e não de caráter político. Porque *Lembro todo dia de você* é uma peça que trata da trajetória de um jovem soropositivo e como ele lida com as suas questões homoafetivas (...) Então, por tratar desse tema, e a gente sabe que é um tema sensível, o monitoramento deste governo que está atualmente em Brasília, então a gente acreditou que pudesse ser essa a razão deste cancelamento.

A percepção de Artur Luanda Ribeiro, da peça *Gritos*, vai no mesmo sentido:

Eu acredito que completamente foi moral. Política ainda não, talvez agora, porque eu acho que estamos de uma certa forma fichados, temos uma visibilidade dentro do governo. O nome “Dos à Deux” eu acho que já tá circulando lá dentro, não só dentro dessa nova Secretaria, mas mesmo no Itamaraty — porque as matérias que saíram foram divulgadas no mundo todo —, então, de certa forma deve ter chegado até no Itamaraty.

Há uma ação deliberada contra temas sensíveis à base de sustentação popular do governo, moral conservadora, que resulta em dividendos políticos. Ao mesmo tempo, há uma estrutura de proteção e contrarreação ao que pode soar como propaganda antigoverno.

Como foi dito e se depreende das falas reproduzidas, há a percepção de que é sutil a distinção entre os conteúdos motivadores da ação censora. Não há dissonância entre os temas, na verdade, o que existe é complementariedade entre as razões que “justificariam” o cerceamento da liberdade dessas produções.

Há um simbolismo na ação censora especialmente contra as artes cênicas: o poder público se coloca em oposição a uma característica intrínseca da própria produção artístico-cultural nacional, que se apresenta cada vez

mais engajada. Entretanto, parece uma estratégia fadada ao fracasso, visto que a história mostra que os períodos de autoritarismo vividos pelos artistas brasileiros não foram suficientes para os calar ou eliminar sua criação.

DAS CONSEQUÊNCIAS

É importante dizer que as consequências para os espetáculos não se limitaram à ocorrência do fato censor. Em todos os casos, as repercussões perduraram, e alguns espetáculos convivem com elas até hoje.

Em alguns casos, os espetáculos colheram frutos positivos, pois a repercussão pública mobilizou espectadores para prestigiar as apresentações, gerando uma rede de divulgação espontânea. Há, entretanto, uma dimensão de violência que a censura carrega impossível de ser apagada ou transformada em dividendos. Nesse sentido vai o relato de Fernando Yamamoto:

Já tivemos insinuações de achar que isso é um episódio positivo para o grupo, que o grupo poderia aproveitar o marketing, a divulgação que o episódio gerou. E a única coisa que posso falar em relação a isso é que quem pensa nisso não tem ideia do que é passar o que a gente passou. Foi um episódio muito doloroso, muito sofrido.

Esta é a mesma percepção de José Neto Barbosa, da S.E.M. Cia. de Teatro:

Houve uma diminuição significativa [de apresentações após a censura] sim. Embora uma boa repercussão do trabalho. Participamos de dois festivais com essa temática da censura. Mas, como relatei, alguns curadores, produtores, programadores seguem temerosos. O preço de ficar conhecido por ter um trabalho polêmico é muito alto, não vale a pena, mas já que estamos nessa tempestade de acontecimentos, vamos lá, ter resiliência e continuar.

Pode-se dizer que as percepções de cada produção sobre as consequências dos cerceamentos vividos são distintas. Em todo caso, o interesse do público pelas obras não pode ser questionado. Além disso, a relevância, não apenas dos espetáculos, mas também de seus grupos e artistas realizadores, se consolidou, com repercussão inclusive no âmbito internacional.

Para celebrar a democracia e a liberdade de expressão, a Prefeitura Municipal de São Paulo promoveu, em janeiro de 2020, o Festival Verão

Sem Censura, sob gestão do então Secretário de Cultura Alexandre Youssef, que reuniu várias atividades culturais na programação da cidade. Foram realizados diversos espetáculos censurados e oprimidos pelo governo federal, encontros formativos e shows musicais de artistas como Arnaldo Antunes e a banda feminista russa Pussy Riot, além de seis das sete obras analisadas neste trabalho (SÃO PAULO, 2019).

A realização do festival com recursos públicos da Prefeitura de São Paulo — uma das maiores potências econômicas da América Latina — reconheceu como censura, de algum modo, as ofensivas do poder público federal às artes, nomeando-a assim publicamente e dando espaço a espetáculos que foram vítimas de cancelamentos na esfera federal (DUARTE, 2019b).

Em 19 de julho de 2019, após declarações controversas do presidente Bolsonaro em relação à Ancine, artistas de todo o país articularam-se em um movimento coletivo criado no WhatsApp. Nomeado Movimento Artigo 5º e concebido para atuar na mobilização, debate e defesa da liberdade de expressão, foi o responsável pela elaboração e gerenciamento de manifestos lidos ao término de espetáculos que contam com a participação dos integrantes do movimento (ARTIGO 5º, 2019a).

A organização do Movimento Artigo 5º no estado de São Paulo promoveu a Semana da Arte Contra a Barbárie, de 11 a 18 de fevereiro de 2020, que contemplou diversas ações artísticas realizadas gratuitamente na hora do almoço, em frente à escadaria do Theatro Municipal de São Paulo (idem, 2019b).

A partir dos espetáculos analisados por este trabalho — justamente por sua visibilidade midiática —, é possível verificar o renome de seus grupos e companhias, uma característica que, por consequência, imputa maior estrutura para comunicação e divulgação dos casos de censura e maior respaldo jurídico/administrativo.

Indiscutível é a essencialidade da mídia por seu papel na construção da imagem desse movimento censor como um aspecto mais amplo e fundamentalmente político, associando-o publicamente ao governo federal por diversas vezes e construindo um panorama que perpassou vários campos da criação artística. Embora relevante, o papel da imprensa também acende um alerta: muitos podem ser os grupos e companhias atingidos pela censura ao teatro no Brasil pós-golpe que não possuem alcance midiático para que seja noticiada. Como nos diz Artur Luanda Ribeiro, do espetáculo *Gritos*:

Então a gente tem reagido de forma contundente e colocando a cara a tapa, e eu acho, de qualquer forma, eu acho que é caso a caso. Porque não foram cancelados [só] esses casos todos que tiveram, que foram notificados pelas mídias. Outros [foram] ofuscados porque não tinham uma visibilidade midiática e também a gente não ficou sabendo, mas acredito que tiveram muito mais do que foram citados.

A realidade dos grupos analisados por este trabalho, entretanto, não é compartilhada por todos os coletivos teatrais brasileiros. Esta lógica coloca em pauta diversas questões, especialmente diante da possibilidade de o movimento censório federal passar a atingir grupos sem estrutura jurídica para lidar com este tipo de acontecimento.

A *Dos à Deux*, por exemplo, grupo responsável pela criação de *Gritos* é franco-brasileira, o que justifica a projeção de seu caso dentro e fora do Brasil. No exterior, inclusive, algumas foram as manchetes que estamparam a censura nacional, dentre elas a ABC News, com sua reportagem “Censorship or caution? Culture war burns in Brazil” [Censura ou prevenção? Guerra cultural pega fogo no Brasil] (JEANTET, 2019) e o jornal católico francês *La Croix*, noticiando: “Brésil: les productions LGBT en proie à la censure sous Bolsonaro” [Brasil: Produções LGBT nas garras da censura de Bolsonaro] (AFP; ISTOÉ, 2019).

POR FIM

A partir da análise realizada, identifica-se profunda relação entre os valores pautados pela direita brasileira e os casos de cancelamento, com especial atenção para as ações diretamente relacionadas ao governo federal. Esse dado surge em paralelo à dinâmica de institucionalização da arte no país, que confere ao poder público e seus braços de atuação a possibilidade de permitir, programar, autorizar e cancelar parte da programação cultural brasileira.

Notam-se, ainda, semelhanças bastante consistentes entre o período da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985) e o Brasil pós-golpe de 2016, não tanto em relação à censura prévia das dramaturgias, mas principalmente no papel ativo da sociedade civil em apoio à censura. A construção desse movimento coletivo é endossada principalmente pela propagação de *fake news* que, ainda durante o processo eleitoral de 2018, empenharam-se em atacar massivamente artistas e criações nacionais.

Evidencia-se, também, uma difusa relação entre a censura moral e a política. Nos casos analisados, elas surgem alicerçadas seja na atuação

política regida por valores morais particulares, seja pela moral que encontra força no exercício político.

Em relação aos desdobramentos posteriores das produções, tornam-se evidentes suas potências estéticas e artísticas, isto é: apesar de seus cancelamentos, as criações — em sua maioria — tiveram êxito em sua continuidade, em alguns casos obtendo até mesmo maior repercussão. Esta percepção, alicerçada no panorama histórico apresentado, torna evidente que, apesar das constantes ameaças e restrições, as artes cênicas brasileiras seguem vivas e pulsantes. Mesmo quando os intentos públicos direcionam-se ao desmonte da cultura nacional e suas instituições de fomento e incentivo, os depoimentos e trajetórias dos artistas entrevistados revelam toda a resiliência possível em meio ao impossível, explicitando o desejo pela inflamação ainda maior das abordagens político-sociais em suas montagens.

REFERÊNCIAS

- AFP – Agence France-Presse. “Brésil: les productions LGBT en proie à la censure sous Bolsonaro”. *La Croix*, Paris, “Culture”, 27 set. 2019. Disponível em <<https://www.la-croix.com/Culture/Bresil-productions-LGBT-proie-censure-Bolsonaro-2019-09-27-1301050353>>. Acesso em: 19 maio 2020. Edição em português: _____. “Produções LGBT enfrentam a censura do governo de Jair Bolsonaro”. *IstoÉ*, São Paulo, “Comportamento”, 27 set. 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/producoes-lgbt-enfrentam-a-censura-do-governo-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 19 maio 2020.
- ARAGÃO, Helena; GOBBI, Nelson. “Cancelamento de ‘Caranguejo Overdrive’ é tema de protesto, e CCBB se manifesta sobre o caso”. *O Globo*, Rio de Janeiro, “Cultura”, 11 out. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/cancelamento-de-caranguejo-overdrive-tema-de-protesto-ccb-se-manifesta-sobre-caso-24012698>>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- ARAÚJO, Gessé Almeida. “Teatro e autoritarismo: as bases coloniais da censura e o Conservatório Dramático Brasileiro”. *Urdimento*, Florianópolis, v. 3, n. 33, pp. 363-77, 2018.
- ARTIGO 5º. “Defenda a Liberdade de Expressão – Leia o manifesto para o seu público”. *Artigoquinto*, 2019(a). Disponível em: <<https://www.artigoquinto.art.br/leia-o-manifesto>>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- _____. “Semana de Arte contra a Barbárie reúne artistas em defesa da produção artística e da liberdade de expressão”. *Artigoquinto*, 2019(b). Disponível em: <<https://www.artigoquinto.art.br/semana-de-arte-contra-a-barbarie-20>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

- BRASIL *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- CAIXA Cultural. “Lembro todo dia de você”. *Caixa Cultural* – Programação, nov. 2019. Disponível em: <<http://www.caixacultural.com.br/SitePages/evento-detalle.aspx?uid=6&eid=2486>>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- CHAVES, Thais. “Lei Rouanet: da ascensão à queda provocada pelas fake news”. *Carta Capital*, São Paulo, “Cultura”, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/lei-rouanet-da-ascensao-a-queda-provocada-pelas-fake-news/>>. Acesso em: 15 maio 2020.
- DIÁRIO de Pernambuco. “‘Tentativa de censurar a minha arte’, diz ator vítima de pedrada durante espetáculo no Recife”. *Diário de Pernambuco*, Recife, “Notícia de Viver”, 27 set. 2019. Disponível em <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2019/09/tentativa-de-censurar-a-minha-arte-diz-ator-vitima-de-pedrada-duran.html>>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- DUARTE, Rafael. “Clowns de Shakespeare é censurado em Recife e decide entrar com processo”. *GGN*, São Paulo, “Teatro”, 14 set. 2019(a). Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/teatro/clowns-de-shakespeare-e-censurado-em-recife-e-decide-entrar-com-processo/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- _____. “Abrazo e A mulher Monstro representam RN em festival de obras censuradas pelo governo Bolsonaro”. *Saiba mais* – Agência de Reportagem, Natal, “Cultura”, 2 jan. 2020. Disponível em <<https://www.saibamais.jor.br/abrazo-e-a-mulher-monstro-representam-rn-em-festival-de-obras-censuradas-pelo-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- FSP – *Folha de S.Paulo*. “Peça com transexual em papel de Jesus é cancelada após decisão judicial”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, “Ilustrada”, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1919033-peca-com-transexual-em-papel-de-jesus-e-cancelada-apos-decisao-judicial.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- _____. “Atores de ‘Roda Viva’ são agredidos e veem teatro ser depredado em SP”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, “Há 50 anos”, 19 jul. 2018 [1968]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/07/1968-atores-de-roda-viva-sao-agredidos-e-veem-teatro-ser-depredado-em-sp.shtml>>. Acesso em: 8 maio 2020.
- _____. “Caixa Cultural cancela peça sobre gay soropositivo”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, “Ilustrada”, 2 out. 2019(a). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/caixa-cultural-cancela-peca-sobre-gay-soropositivo.shtml>>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- _____. Caixa Econômica cria sistema de censura prévia a projetos de seus centros culturais”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, “Ilustrada”, 4 out. 2019(b). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/caixa-economica-cria-sistema-de-censura-previa-a-projetos-de-seus-centros-culturais.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

- _____. “Ministério Público Federal ajuíza ação contra Caixa Cultural por censura”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, “Ilustrada”, 4 out. 2019(c). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/ministerio-publico-federal-ajuiza-acao-contra-caixa-cultural-por-censura.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- G1. “Peça ‘O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu’ é cancelada no Festival de Inverno de Garanhuns”. *G1*, Caruaru, 1 jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/peca-o-evangelho-segundo-jesus-rainha-do-ceu-e-cancelada-no-festival-de-inverno-de-garanhuns.ghtml>>. Acesso em: 24 maio 2020.
- GABRIEL, Ruan de Sousa. “Coordenadora da Funarte SP diz que foi exonerada após se opor a veto a espetáculo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, “Cultura”, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/coordenadora-da-funarte-sp-diz-que-foi-exonerada-apos-se-opor-veto-espetaculo-23899756>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- GALINDO, Rogério. “Greca veta Memorial e trupe prejudicada fala em censura e retaliação”. *Plural*, Curitiba, “Cultura”, 1 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/cultura/greca-veta-memorial-e-trupe-prejudicada-fala-em-censura-e-retaliacao/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- GARCIA, Miliandre. *A censura de costumes no Brasil: da institucionalização da censura teatral no Século XIX à extinção da censura da Constituição de 1988*. Trabalho apresentado à Coordenação-Geral de Pesquisa e Editoração (CGPE) como parte dos requisitos necessários à conclusão da Bolsa Pesquisador do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2009.
- GOBBI, Nelson. “Grupo teatral questiona CCBB após cancelamento de ‘Caranguejo Overdrive’ em mostra comemorativa”. *O Globo*, Rio de Janeiro, “Cultura”, 1 out. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/grupo-teatral-questiona-ccbb-apos-cancelamento-de-caranguejo-overdrive-em-mostra-comemorativa-23989136>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- JEANTET, Diane. “Censorship or caution? Culture war burns in Brazil”. *Abc News*, Nova York, “Entertainment”, 4 nov. 2019. Disponível em: <<https://abcnews.go.com/Entertainment/wireStory/censorship-caution-culture-war-burns-brazil-66738478>>. Acesso em: 19 maio 2020.
- KER, João. “Atriz trans que interpreta Jesus: ‘Os seguranças que contrataram para nos defender queriam me bater’”. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 8 ago. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/08/08/atriz-trans-jesus/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- LANNES, Paulo. “‘Gritos’, da companhia Dos à Deux, une poesia, dança e artes plásticas”. *Metrópoles*, Brasília, “Entretenimento”, 8 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/entretenimento/teatro/gritos-da-companhia-dos-a-deux-une-poesia-danca-e-artes-plasticas/amp>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

- LOPES, Fred. “Bolsonaro critica recursos da Lei Rouanet”. *Metro*, São Paulo, 27 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.metroworldnews.com.br/entretenimento/2018/12/27/bolsonaro-critica-recursos-da-lei-rouanet.html>>. Acesso em: 15 maio 2020.
- MORI, Letícia. “Como o cancelamento de peças, filmes e mostras deve opor artistas e governo na Justiça”. *BBC News Brasil*, 2 nov. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50092030>>. Acesso em 19/05/2020.
- NIKLAS, Jan; GUIMARÃES, Thayz. “Roberto Alvim é demitido da Secretaria Especial da Cultura. *O Globo*, Rio de Janeiro, “Cultura”, 17 jan. 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-demitido-da-secretaria-especial-da-cultura-24196589>>. Acesso em 30/01/2020.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *O Golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo*. Rio Grande: Historiæ, 2016.
- POMBO CORREIO Assessoria de Imprensa Cultural. “RES PÚBLICA 2023, do grupo A Motosserra Perfumada, estreia dia 11 de outubro no porão do Centro Cultural São Paulo”. *Pombo Correio*, 2019. Disponível em: <<http://pombocorreio.art.br/?p=2691>>. Acesso em: 13 maio 2020.
- SÃO PAULO. Secretaria Municipal Especial de Comunicação. “Festival Verão Sem Censura acolhe manifestações culturais censuradas e oprimidas”. *Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo – Notícias*, 20 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/festival-verao-sem-censura-acolhe-manifestacoes-culturais-censuradas-e-oprimidas-1>>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- SCANDAROLLI, Denise. “A Censura teatral no Brasil Império”. *Café com História*, Brasília, 29 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/a-censura-teatral-no-brasil-imperio/>>. Acesso em: 8 maio 2020.
- SOUZA, Dom Paulo Jackson Nóbrega de. “Nota sobre a peça teatral ‘O Evangelho segundo Jesus, rainha dos céus’”. *CNBB NE2*, 1 jul. 2018. Disponível em: <<https://cnbbne2.org.br/nota-sobre-a-peca-teatral-o-evangelho-segundo-jesus-rainha-dos-ceus/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- TECCHIO, Manuela. “Vetada pela Funarte, ‘Res Publica 2023’ estreia no CCSP”. *Guia Folha*, São Paulo, “Teatro”, 11 out. 2019. Disponível em: <<https://guia.folha.uol.com.br/teatro/2019/10/vetada-pela-funarte-res-publica-2023-estreia-no-ccsp.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- V&C Garanhuns. “Seria encenada no FIG: Governo do Estado volta atrás e cancela em Garanhuns peça que retrata Jesus como um transexual”. *V&C Garanhuns*, 30 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.vecgaranhuns.com/2018/06/seria-encenada-no-fig-governo-do-estado.html>>. Acesso em: 27 abr. 2020.